

ANÁLISE DE DESEMPENHO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO¹

ÜCKER, Ana Tailine Kunz²

PIENIZ, Luciana Paim³

RESUMO

O presente estudo propôs realizar uma comparação entre dois bancos cooperativos do Brasil, procurando descobrir qual dos dois obteve maior desempenho econômico financeiro durante o período compreendido de 2015 a 2017, buscando trazer maior informação sobre instituições cooperativas e suas finanças. Foram coletados os dados através dos balanços patrimoniais consolidados, disponível nos *web sites* das instituições escolhidas. Nota-se que a empresa X possui maior capacidade de liquidar suas dívidas do que a empresa Y, tanto a curto como a longo prazo, entretanto, a empresa Y possui maior rentabilidade do que a empresa X. Ao analisar os balanços patrimoniais consolidados, nota-se que nos índices de rentabilidade, ambas as empresas sofreram quedas nos indicadores, podendo ser justificada pela situação econômica financeira que o país vive. As análises a partir de indicadores permitem ao usuário compreender como a instituição está gerenciando sua estrutura de capitais, bem como quais são ou podem ser as melhores oportunidades para melhor investir e/ou captar recursos no mercado. E a contabilidade, nesse contexto, desempenha papel fundamental na organização e produção de informações relevantes para esse processo.

Palavras-chaves: Cooperação. Demonstrações Financeiras. Rentabilidade. Patrimônio.

ABSTRACT

PERFORMANCE ANALYSIS IN CREDIT COOPERATIVES

The present study proposed a comparison between two cooperative banks in Brazil, trying to find out which of them obtained the highest economic and financial performance during the period from 2015 to 2017, seeking to bring more information about cooperative institutions and their finances. Data were collected through the consolidated balance sheets, available on the websites of the chosen institutions. It should be noted that company X has a greater capacity to settle its debt than company Y, both in the short and long term, however, company Y has higher profitability than company X. When analyzing the consolidated balance sheets, note In both indices of profitability, both companies suffered from declines in the indicators, which can be justified by the economic situation in which the country lives. Analyzes from indicators allow the user to understand how the institution is managing its capital structure, as well

¹ Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

² Acadêmico (a) do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – e-mail: anakunzucker@hotmail.com

³ Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, bacharel em Ciências Contábeis – UNIJUI, mestre em extensão rural – UFSM e doutora em agronegócios – UFRGS – e-mail: lpieniz@unicruz.edu.br

as what are or may be the best opportunities to better invest and / or raise funds in the market. And accounting, in this context, plays a fundamental role in the organization and production of information relevant to this process.

Keywords: Cooperation. Financial Statements. Profitability. Property.

1 INTRODUÇÃO

Há mais de um século foi fundada a primeira cooperativa de crédito do Brasil, que se estabeleceu em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A partir desse momento muitos fatos marcantes na história do cooperativismo aconteceram e começaram a surgir as cooperativas que conhecemos hoje (SICREDI, 2010).

Existem várias cooperativas em funcionamento hoje no Brasil, despertando o interesse da sociedade em relação ao seu crescimento, capacidade de geração de riqueza, captação de recursos e tantos outros possíveis índices mensuráveis, fazendo com que o assunto se torne cada vez mais importante e atual.

No Rio Grande do Sul, atualmente, existem mais de quinze cooperativas de crédito em funcionamento, entre elas estão instituições como SICCOOB, SICREDI e UNICRED. No país, de acordo com o BACEN (2016), estas detêm uma participação de mercado de 3,57% no total de ativos do mercado financeiro brasileiro que se torna significativo para o desenvolvimento da matriz econômica do Brasil. Tal desempenho, muitas vezes, reflete-se nas Demonstrações Contábeis destas entidades, as quais podem e devem ser utilizadas amplamente por seus usuários, quer sejam internos ou externos, com os mais variados interesses.

De acordo com a NBC T 8, as Demonstrações Contábeis Consolidadas são aquelas que resultam da agregação das demonstrações contábeis, que são estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, de duas ou mais entidades, das quais tenham controles diretos ou indiretos uma sobre as outras. A análise dos índices financeiros de demonstrações contábeis é de suma importância na tomada de decisões por parte tanto dos gestores como dos usuários das informações fornecidas.

As Demonstrações Financeiras desempenham papel preponderante, tanto no atendimento das questões legais frente aos órgãos reguladores institucionais, como apresentam relevância significativa ao possibilitar o alcance às informações por parte dos usuários externos e partes interessadas.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar qual entidade cooperativa, entre as duas escolhidas para o escopo desta pesquisa, obteve o melhor desempenho de acordo com os índices de liquidez, solvência, rentabilidade e lucratividade, dos anos de 2015, 2016 e 2017, tendo como pretensão responder o seguinte questionamento: qual instituição obteve um melhor desempenho econômico financeiro de acordo com os índices de liquidez, solvência, rentabilidade e lucratividade no período compreendido entre 2015 e 2017?

O estudo se mostra relevante, pois pretende contribuir na compreensão e interpretação de índices econômico-financeiros por parte da pesquisadora, além de possibilitar a evidenciação do crescimento e desempenho de duas importantes Cooperativas de crédito do Estado do RS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Cooperativas de Crédito no Brasil

O cooperativismo contemporâneo tem suas origens na Revolução Industrial ocorrida no século XIX, surgindo através de pensadores como um meio de combater certas injustiças ocasionadas pelo regime que estava em vigor. No entanto foi só em 1844, no movimento conhecido como Pioneiros de Rochdale que o cooperativismo começou a ganhar forma, esse movimento uniu 28 tecelões que fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, após terem economizado durante um ano inteiro uma libra por pessoa (SANTOS, GOUVEIA, VIEIRA, 2008).

A definição de cooperativas para o Conselho Federal de Contabilidade, conforme a resolução nº 920/01, é de que entidades cooperativas são aquelas que exercem atividade na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem o objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados. Já a definição de acordo com a Lei nº 5.764/71, em seu art. 4º, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”.

De acordo com Santos, Gouveia e Vieira (2008), o meio de funcionamento que foi estabelecido pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale estabeleceu princípios que constituem até hoje a base do cooperativismo, tais como a livre adesão e demissão de sócios,

um voto por pessoa, distribuição de ganhos proporcional às operações realizadas pelos sócios, gestão democrática, entre outras.

A primeira cooperativa de crédito fundada no Brasil se estabeleceu em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, sendo fundada no ano de 1902. Os ideais do cooperativismo de crédito vieram de outro continente, junto com o padre Theodor Amstad. O modelo adotado na maioria dos caixas rurais foi o de Raiffesein, que é um padrão trazido da Alemanha que se encaixava ao perfil econômico e social de sociedades alemãs, caracterizando principalmente pela presença de pequenas propriedades rurais, capital limitado e produção voltada para um mercado interno (SICREDI, 2010).

Com a implantação do regime de exceção do governo militar em 1964, as cooperativas sofreram um grande impacto com regras que limitavam sua operação e expansão. Os militares haviam lançado o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo e para complementar esse novo plano econômico o governo criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, com funções normativas e reguladoras. Diante desse novo cenário é promulgada em 1964 a Lei número 4.595, que colocava restrições como a impossibilidade de participar de compensação de cheques, sem o poder de se expandir e ainda a taxa de juros que se podia remunerar os depósitos a prazo das cooperativas era inferior à das outras instituições financeiras. Em 1965, foi realizada a resolução 11 do Conselho Monetário Nacional que determinou “a extinção das atividades creditícias exercidas por sucursais, agências, filiais, departamentos, escritórios ou qualquer outra espécie de dependência existente em cooperativa de crédito”, a Lei da Reforma Bancária reduziu drasticamente as atividades das cooperativas de crédito, que ao longo do tempo foram fechando as suas portas (SICREDI,2010).

2.2 Análise das Demonstrações Financeiras

Devido a integração do mercado e a internacionalização das empresas em função das disputas, tem ocorrido variações de grande importância no mercado, percebendo-se que as instituições do Brasil têm alterado sua postura perante esse cenário. De acordo com Marion (2005), é comum afirmar que a Análise de Demonstrações Contábeis e Financeiras é tão antiga quanto à própria Contabilidade, pois voltando ao passado é possível encontrar os primeiros inventários de rebanhos e a preocupação evidente na variação das riquezas, no entanto, é no final do século XIX que é notável observar os banqueiros americanos requerendo as demonstrações contábeis às empresas que desejavam adquirir empréstimos.

Sousa e Martins (2010) apontam que deve-se ter noções básicas de análise e interpretações contábeis, direcionando-as para gerar informações para a tomada de decisão.

Marion (2005) observa que as análises de demonstrações contábeis vieram a desenvolver-se ainda mais conforme foram surgindo Bancos Governamentais que tinham interesse na situação econômica de instituições tomadoras de empréstimos. Para Silva (2007), a Análise das Demonstrações Contábeis é um conjunto de métodos que consiste na arrecadação de informações que constam nas demonstrações, com interesse na apuração de índices que permitam avaliar a capacidade de solvência, conhecer a estrutura patrimonial e descobrir a capacidade da instituição em gerar resultados agradáveis. Para Iudícibus (2010) a demonstração contábil é a explanação em ordem e sintetizada dos mais importantes fatos gravados pela contabilidade, em determinado espaço de tempo.

A NBC TG 26 define demonstrações contábeis como sendo aquelas “cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares”. Segundo a NBC TG 26 as demonstrações contábeis são uma representação estruturada de como está a situação patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, tendo como objetivo proporcionar informação acerca destas situações que seja útil para uma grande quantidade de usuários poderem utilizá-las em suas avaliações e tomada de decisões, assim como também deseja evidenciar os resultados da atuação da administração, face de seus deveres e responsabilidades.

A Análise de Demonstrações sempre estará ligada a um processo de decisões, assim ela objetiva avaliar o desempenho, bem como as tendências ou expectativas para a instituição (SOUSA, MARTINS, 2010). Para Marion (2005), é possível dividir a Análise das Demonstrações Contábeis em três níveis, que seriam o introdutório, onde apenas indicadores básicos são usados. O nível intermediário, onde melhor se detalha a real situação econômico-financeira da empresa e o nível avançado, onde se pode usar uma grande série de indicadores e instrumentos de análise.

2.3 Análise Financeira Através de Indicadores

Nos dias atuais existe uma grande competitividade entre as empresas de todos os ramos, sendo necessário analisar minuciosamente da melhor maneira possível. É possível analisar através de índices como o de liquidez que para Kuhn e Lampert (2012) estes evidenciam a posição financeira da instituição, ou seja, sua capacidade de saldar

compromissos a partir de uma conferência entre os direitos disponíveis e realizáveis com as obrigações da empresa. Padoveze (2000) indica que o objetivo básico dos indicadores é apresentar a situação atual da empresa, ao mesmo tempo procurando resolver possíveis problemas futuros.

A fim de atender aos propósitos do estudo, serão utilizados os indicadores de liquidez, solvência, rentabilidade e lucratividade, os quais são apresentados no quadro 1 – Indicadores de liquidez e solvência e respectivamente no quadro 2 – Indicadores de rentabilidade e lucratividade.

Quadro 1 – Indicadores de liquidez e solvência

Liquidez e Solvência	
Liquidez Imediata: $LI = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$	Para Marion (2005), este índice nos apresenta o quanto dispomos de imediato para pagarmos as dívidas de Curto Prazo.
Liquidez Geral: $LG = \frac{AC + \text{Realizável a LP}}{PC + \text{Exigível a LP}}$	Para Silva (2007), este índice indica a capacidade que a empresa tem de saldar suas dívidas a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto Prazo), relacionando-se com tudo que já assumiu de dívidas (tanto a Curto Prazo como a Longo Prazo)
Liquidez Corrente: $LC = \frac{AC}{PC}$	Para Marion (2005), mostra a capacidade de pagamento da empresa em Curto Prazo. Silva (2007) completa que esse indicador apresenta o quanto dinheiro a empresa possui, em bens e em direitos realizáveis no Curto Prazo, comparando com os saldos devedores a serem saldados.
Liquidez Seca: $LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$	De acordo com Silva (2007) este indicador é muito vantajoso quando é necessário ver a competência da instituição nas situações em que a mesma tem uma rotação de estoque muito baixa. De acordo com Iudícibus (2010) esse quociente é muito importante para realizar a avaliação da situação da liquidez da empresa.

Fonte: o autor (2018)

Para Iudícibus (2010) o quociente de rentabilidade tem um efeito muito grande sobre os indicadores de liquidez. A seguir é apresentado o quadro 2 – Indicadores de rentabilidade e lucratividade.

Quadro 2 – Indicadores de rentabilidade e lucratividade

Rentabilidade e Lucratividade	
Giro do Ativo: $GA = \frac{\text{Vendas Líquidas (ou R. Liq)}}{\text{Ativo Total ou Ativo Médio}}$	Para Silva (2007) esse índice estabelece a ligação entre as vendas de um determinado período e os investimentos totais feitos na empresa, mostrando o nível de eficiência em que os recursos são utilizados na empresa.
Margem Líquida: $ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Para Silva (2007) este índice faz comparações com o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas de um determinado período de tempo, acrescentando o percentual de Lucratividade gerado
Rentabilidade ou Retorno do Ativo $RA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{AT ou Ativo Médio}} \times 100$	Para Bonizio (2001) representa o retorno gerado pelos ativos durante um período, sendo um índice de eficiência operacional da empresa
Retorno sobre o patrimônio líquido $Rent\ do\ PL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL}} \times 100$	Segundo Iudicibus (2010) este índice expressa os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, mede a capacidade de agregar valor de uma empresa à partir de recursos próprios investidos.
Margem Bruta $MB = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Para Sousa e Martins (2010) este índice indica o percentual de Lucro Bruto obtido na empresa com relação as suas vendas líquidas. Quanto maior este índice, melhor será a situação econômica da empresa.
Margem Operacional $MO = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Sousa e Martins (2010) apontam que este indicador revela a porcentagem real de vendas que sobrarão após a dedução dos custos das vendas e das despesas operacionais.
Retorno sobre o investimento Margem Líquida x Giro do Ativo Total	Para Iudicibus (2010), esse indicador é um dos mais importantes quocientes individuais de toda a análise de balanços. Representa a quantidade de dinheiro ganho como resultado de um investimento e a quantidade de dinheiro investido.

Fonte: o autor (2018).

O uso de indicadores é uma prática comum na área contábil e permite ao analista construir um espectro de análise bastante completo em relação aos principais elementos que podem determinar a saúde financeira e o desempenho operacional de qualquer tipo de entidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2008), o método científico é uma soma de métodos intelectuais e técnicos utilizados para atingir a compreensão de algo. Eco (1977) diz que, ao realizar-se uma pesquisa científica, o explorador estará encontrando um meio de colocar suas idealizações em ordem, no objetivo de organizar os dados adquiridos.

Para tanto, quanto aos objetivos, este artigo classifica-se como pesquisa explicativa. Segundo Gil (2008) o tipo de pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Para Lakatos & Marconi (2003) a pesquisa explicativa visa estabelecer associações de causa-efeito por meio do controle direto das variáveis relativas ao foco de estudo, buscando identificar as causas do fato.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo define-se como bibliográfico e documental, Gil (2008) define que os exemplos mais característicos do tipo de pesquisa bibliográfica são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que pressupõe à análise das diversas posições acerca de um problema. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites* de acordo com Fonseca (2002, p. 32). Gil (2008) destaca que a principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental é a natureza das fontes de ambas as pesquisas, no estudo de Prodanov e Freitas *apud* Beuren (2006), a pesquisa documental pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou ainda, se caracterizar como o único delineamento utilizado.

A pesquisa se realiza através da abordagem qualitativa que trabalha os dados buscando os seus possíveis significados, tendo como alicerce as percepções do fenômeno dentro de seu contexto de acordo com a visão de Triviños (1987). Para Gil (2008), o uso dessa forma de pesquisa facilita o aprofundamento da investigação das interrogações relacionadas ao fato em estudo e das suas relações.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o de observação que na visão de Cervo & Bervian (2002, p. 27) “é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para

dele adquirir um conhecimento claro e preciso” ou ainda para Gil (2008, p. 16) diz que “por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”, sendo as demonstrações financeiras consolidadas retiradas dos *websites* de cada uma das duas instituições financeiras cooperativas escolhidas para a pesquisa.

O instrumento de análise de dados se deu através da análise descritiva que para Lakatos & Marconi (2003) tem como foco representar, de forma concisa, sintética e clara, a informação contida num agrupamento de dados. Os dados coletados foram analisados de forma descritiva comparativa, procurando compreender aspectos semelhantes e contraditórios capazes de explicar a situação econômico financeira de cada uma das entidades.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Utilizando-se dos dados existentes nas demonstrações financeiras consolidadas, das duas cooperativas escolhidas para a pesquisa, obtiveram-se os seguintes dados:

Quadro 3 – Comparativo anual das empresas X e Y: 2015 x 2016 x 2017.

EMPRESA X			
Contas	2015	2016	2017
Disponibilidades	10.466.097	11.079.230	12.483.500
Ativo Total	31.537.455	40.256.225	41.284.382
Ativo Circulante	21.668.556	29.855.721	30.828.357
Realizável a Longo Prazo	9.680.615	10.240.237	10.248.577
Passivo Total	30.189.841	38.851.907	39.858.649
Passivo Circulante	21.815.484	28.901.678	28.730.423
Exigível a Longo Prazo	7.300.761	8.571.053	9.329.765
Patrimônio Líquido	1.347.614	1.404.318	1.425.733
Vendas Líquidas	723.190	870.789	917.835
Lucro Líquido	106.218	106.750	85.791
Lucro Bruto	175.690	190.522	144.638
Lucro Operacional	175.690	190.522	144.638
EMPRESA Y			
Contas	2015	2016	2017
Disponibilidades	3.375.442	7.055.912	12.311.783

Ativo Total	25.140.698	34.450.614	43.840.307
Ativo Circulante	13.128.883	18.795.428	25.713.242
Realizável a Longo Prazo	11.092.469	13.273.685	14.274.565
Passivo Total	24.047.259	33.035.907	42.191.125
Passivo Circulante	20.104.154	29.240.053	37.440.438
Exigível a Longo Prazo	3.825.506	3.622.260	4.526.221
Patrimônio Líquido	1.093.439	1.414.707	1.649.182
Vendas Líquidas	643.020	740.712	1.165.399
Lucro Líquido	133.225	169.969	188.658
Lucro Bruto	224.565	306.857	338.821
Lucro Operacional	224.565	306.857	338.821

Fonte: Balanço patrimonial consolidado das empresas X e Y, dos anos 2015, 2016 e 2017.

Estas informações foram extraídas a fim de subsidiar o processo de análise dos dados, na busca das respostas ao problema inicialmente proposto. Entre os indicadores apresentados nos quadros 1 e 2, o índice de Liquidez Seca não pode ser calculado, por conta da ausência de informação na conta denominada como “estoques”, no entanto outras contas podem ser deduzidas conforme orientação da COSIF.

A seguir serão apresentados os índices sugeridos para análise.

4.1 Índices de liquidez e solvência

A Liquidez Imediata representa a capacidade que a empresa ou entidade possui de pagamento apenas com o que já é dinheiro ou pode ser convertido em dinheiro fácil e rapidamente. Este índice normalmente está ligado a aptidão de lidar com emergências financeiras. Sendo um índice bastante conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em seu cálculo, ou seja, as contas que possuem maior liquidez no balanço.

Conceitualmente o padrão aceitável para esse indicador é ser maior do que 1. No entanto a empresa ficou com o índice menor do que isto, demonstrando que ambas as empresas não possuem boa vazão para lidar com as incertezas do mercado de forma ágil.

Quadro 4 – Resultado de liquidez imediata.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	0,48	0,17

2016	0,38	0,24
2017	0,43	0,33

Fonte: o autor (2018).

No primeiro período da empresa X para cada R\$ 1,00 de obrigações havia 0,48 de capital imediato, existindo uma queda para 0,38 no segundo período e um aumento para 0,43 no último período. A empresa Y possui para cada R\$ 1,00 de obrigações no primeiro período 0,17 de capital imediato, com um aumento no segundo período para 0,24 e no último período um aumento para 0,33. O índice de liquidez imediata leva em consideração as disponibilidades da empresa, tais como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras e o passivo circulante, sendo um índice de grande importância para a análise de curto prazo da empresa.

O cálculo de liquidez geral indica o quanto a empresa poderá ter de recursos para saldar seus compromissos, reunindo o ativo circulante e o realizável a longo prazo contra suas responsabilidades, como o passivo circulante e exigível a longo prazo. Este indicador busca dar uma visão da solvência de uma empresa a longo prazo.

Quadro 5 – Resultado de liquidez geral

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	1,076	1,012
2016	1,070	0,975
2017	1,080	0,952

Fonte: o autor (2018).

Em 2015, a empresa X possuía para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e a longo prazo, a 1,076 de valores a receber a curto e a longo prazo, no ano de 2016 houve uma redução deste índice para 1,070 e no ano de 2017 existiu um aumento para 1,080. A empresa Y possuía para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e a longo prazo, 1,012 de valores a receber a curto e a longo prazo, no ano seguinte, em 2016, houve uma redução para 0,975 e em 2017 reduziu-se para 0,952. Diferente dos índices de liquidez imediata, liquidez corrente e liquidez seca, esse índice leva em consideração todas as previsões de médio e longo prazo, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a frente do período de doze meses.

Calculado dividindo-se o ativo circulante pelo passivo circulante, um dos índices mais conhecidos, a liquidez corrente indica quanto a empresa poderá disponibilizar em recursos de curto prazo para honrar suas dívidas circulantes.

Quadro 6 – Resultado de liquidez corrente.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	0,993	0,653
2016	1,033	0,642
2017	1,073	0,686

Fonte: o autor (2018).

No primeiro período da empresa X, indica-se que, se fosse preciso, a empresa não teria capital disponível suficiente para quitar as suas obrigações a curto prazo, no segundo período a empresa passa a ter um aumento para 1,033, indicando que teria capital suficiente para uma possível liquidação de obrigações e no último período houve novamente um acréscimo para 1,073 indicando uma melhora da empresa. A empresa Y, no primeiro período mostra que caso fosse necessário, a empresa não teria capital disponível suficiente para quitar as suas obrigações a curto prazo, no período seguinte teve uma baixa para 0,642 e no último período houve um aumento para 0,686. No entanto, nem sempre a queda do índice de liquidez corrente significa a perda de capacidade de pagamento, mas também pode significar uma administração financeira mais rigorosa diante da inflação.

O índice de liquidez seca tem uma função bastante parecida com o índice de liquidez corrente, com a diferença de que a liquidez seca considera a conta estoques. A liquidez seca vai indicar ao gestor o valor real da liquidez do ativo circulante, mesmo que nada no estoque seja vendido ou utilizado. No entanto, cooperativas financeiras não apresentam a conta “estoques” em suas demonstrações financeiras, por este motivo, não se pode realizar o cálculo de liquidez seca.

4.2 Índices de rentabilidade e lucratividade

Este indicador demonstra quanto a instituição vendeu para cada real investido, portanto, quantas vezes o ativo girou. Quanto maior o giro do ativo, melhor será para a empresa, servindo para mostrar a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos. O giro do ativo ajuda a determinar o quão bem a empresa tem usado os ativos de seu patrimônio

Quadro 7 – Resultado de giro de ativo.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	0,0229	0,0255
2016	0,0216	0,0215
2017	0,0222	0,0265

Fonte: o autor (2018).

Neste índice, pode-se perceber a capacidade da empresa em usar seus ativos para gerar vendas, a empresa usa seus patrimônios financeiros e busca uma melhor forma de investimento, ocasionando assim que o giro proporcione melhores e mais eficientes lucros. No caso do índice de giro do ativo, quanto maior, mais eficientes serão as operações da empresa do ponto de vista financeiro.

O indicador de rentabilidade denominado margem líquida, demonstra se uma empresa esta sendo bem gerida e se é viável ser mantida. Sendo um índice de muita valia para qualquer dono, acionista ou diretor de uma companhia. Quanto maior for a margem líquida, maior será a sobra que a empresa terá após o recebimento de vendas e a subtração de todas as deduções e taxas, demonstra qual é o lucro líquido obtido a partir da venda de cada unidade do produto comercializado pela empresa, sendo assim, quando maior ela for, maior é a resultante da diferença entre o montante recebido por todas as vendas e o total pago referente a impostos, taxas e deduções.

Quadro 8 – Resultado de margem líquida.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	14,68%	20,71%
2016	12,25%	22,94%
2017	9,34%	16,18%

Fonte: o autor (2018).

O índice de margem líquida elucida a capacidade da empresa gerar lucro, sendo comparado com a receita líquida que se obteve em determinado período. Sendo expresso em porcentagem, este índice ajuda a entender se os custos da empresa estão muito elevados.

Conforme dados apresentados, a empresa Y possui maior capacidade em gerar lucro comparativamente à receita líquida, do que a empresa X.

O indicador de rentabilidade do ativo mostra o desempenho da empresa de forma geral, possibilitando a identificação de quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao total do ativo, ou seja, da aplicação de recursos. Rentabilidade é o retorno sobre o capital investido em determinado ativo financeiro.

Quadro 9 – Resultado de rentabilidade.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	0,336%	0,529%
2016	0,265%	0,493%
2017	0,207%	0,430%

Fonte: o autor (2018).

O indicador de rentabilidade do ativo tem boa importância para mostrar a qualidade da gestão da empresa. Sendo medido em porcentagem, quanto maior, melhor. A empresa Y se mostrou melhor em todos os períodos analisados, no entanto, ambos tiveram queda neste índice conforme o passar dos períodos.

O retorno sobre o patrimônio líquido mostra qual foi o desempenho da empresa, ou seja, quanto foi o retorno dos recursos totais que foram investidos. Demonstra o quão eficiente uma empresa utiliza seus ativos para produzir lucro, sendo obtido pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.

Quadro 10 – Resultado de retorno sobre o patrimônio líquido.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y	Selic
2015	7,88%	12,18%	14,15%
2016	7,60%	12,01%	13,65%
2017	6,01%	11,43%	7,40%

Fonte: o autor (2018).

Ao analisar este indicador, percebe-se que com o passar dos períodos, ambas as empresas reduziram o seu retorno sobre o patrimônio líquido. A empresa X no primeiro período obteve um retorno sobre o patrimônio líquido de 7,88%, ou seja, os acionistas e/ou

associados obtiveram um retorno neste percentual ao investirem nessa empresa. Enquanto a empresa Y, no primeiro período, obteve um retorno de 12,18%. É possível perceber que a empresa Y se manteve alguns pontos percentuais acima da empresa X em todos os anos. A variação destes resultados ao longo dos períodos possui relação com a taxa Selic.

Denominando-se margem bruta, este indicador esta relacionado a quanto a empresa obtém de retorno das vendas, sendo assim, é possível dizer que quanto maior for a margem bruta, maior será a lucratividade nas vendas. Medindo a rentabilidade de uma empresa, demonstra qual a porcentagem de lucro que se ganha a cada venda, sendo um bom indicador para que o empreendedor considere ao definir um preço para o produto.

Quadro 11 – Resultado de margem bruta.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	24,29%	34,92%
2016	21,87%	41,42%
2017	15,75%	29,27%

Fonte: o autor (2018).

A empresa X, nos dois primeiros períodos se manteve na casa dos vinte pontos percentuais e no ultimo ano teve uma queda de 6,12 pontos percentuais. Esse índice mede a porcentagem de lucro que se ganha em cada venda. Pode se notar que em geral, a empresa Y se mantém acima da empresa X em todos os períodos, logo pode-se considerar que a empresa Y tem maior rentabilidade em suas vendas.

A margem operacional mede a eficiência de operações das instituições, ou seja, o quanto de receita líquidas relacionadas as suas vendas e serviços vieram de suas atividades operacionais. A margem operacional é calculada pela divisão do lucro operacional pela receita líquida, ao comparar duas empresas, a que obter maior margem operacional será a que apresenta melhores resultados para cada real vendido.

Quadro 12 – Resultado de margem operacional.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	24,29%	34,92%
2016	21,87%	41,42%
2017	15,75%	29,27%

Fonte: o autor (2018).

A empresa X, a cada R\$100 de receita que obtém, no primeiro período, R\$24,29 representa o lucro das operações, já a empresa Y obtém R\$34,92 do lucro das operações. No período de 2016, a empresa X e a empresa Y obtiveram uma diferença de 19,55 pontos percentuais e no período de 2017 uma diferença de 13,52 pontos percentuais. Observa-se que a empresa Y possui maior lucro nas operações que a empresa X. A que possui maior margem operacional, é a que apresenta melhores resultados para cada real vendido.

Quadro 13 – Resultado de retorno sobre o investimento.

Ano/Empresa	Empresa X	Empresa Y
2015	0,003	0,005
2016	0,002	0,004
2017	0,002	0,004

Fonte: o autor (2018).

No índice de retorno sobre o investimento, percebe-se que ambas empresas pioraram do exercício de 2015 para 2016 e se mantiveram com o mesmo resultado no ano de 2017. Essa ocorrência se dá pelo fato de a margem líquida do primeiro ano ser maior e ir diminuindo consecutivamente, ocasionando a redução do retorno sobre o investimento. O retorno sobre investimento é uma relação entre a quantidade de dinheiro ganho como resultado de um investimento e a quantidade de dinheiro investido, sendo usado principalmente para identificar retornos financeiros, tanto potenciais como passados e calcular os retornos obtidos em operações de produção e venda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os balanços consolidados das duas cooperativas de crédito e possível encontrar diversos tipos de contas e nomenclaturas diferentes das normalmente utilizadas nas empresas que não são do ramo das cooperativas.

A fim de atender aos objetivos propostos, foram apresentados vários cálculos. Após a compilação dos dados coletados foi possível perceber que a empresa X possui um grau de liquidez maior que a empresa Y, isso indica que a primeira empresa possui maior facilidade de liquidar as suas dívidas caso necessite.

A empresa Y se manteve superior em seus índices de rentabilidade, apesar de ter se mantido alguns pontos abaixo nos indicadores de liquidez. O problema proposto inicialmente era verificar qual instituição obteve um melhor desempenho econômico financeiro de acordo com os índices de liquidez, solvência, rentabilidade e lucratividade no período compreendido entre 2015 e 2017. Os índices de rentabilidade indicam que a empresa Y possui um maior lucro durante os períodos analisados, nota-se também que ambas as empresas sofreram quedas em todos os índices de lucratividade após o ano de 2015, podendo se justificar pela baixa da taxa Selic e pela variação inflacionária que vem ocorrendo no Brasil.

A análise das demonstrações contábeis realizadas neste trabalho, através dos indicadores propostos, também teve como função, não apenas a elaboração de um diagnóstico comparativo, mas também contribuir através das técnicas contábeis em futuras tomadas de decisão. O produto final desta proposta demonstra ser útil tanto para os gestores como para os associados, que são partes interessadas e que fazem parte da estrutura de capital das referidas cooperativas.

As análises a partir de indicadores permitem ao usuário compreender como a instituição está gerenciando sua estrutura de capitais, bem como quais são ou podem ser as melhores oportunidades para melhor investir e/ou captar recursos no mercado. E a contabilidade, nesse contexto, desempenha papel fundamental na organização e produção de informações relevantes para esse processo. Para um próximo estudo, sugere-se analisar o índice de Basileia, que determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros que será exposto a risco por meio da carteira de crédito

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN **Dados consolidados dos Sistemas Cooperativos**. 2016. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

BONIZIO, R. C. **Um estudo sobre os aspectos relevantes da contabilidade eo seu uso em empresas do setor de construção civil. Dissertação de Mestrado**. São Paulo: FEA-USP, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15112001-122042/pt-br.php>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 8 mai. 2018.

BRASIL, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM>. Acesso em: 8 mai. 2018.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/00320956576eb7a0bcab5>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Resolução nº 920/2001**. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2001/000920> Acesso em 8 mai. 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977. Disponível em: <http://www.mnemos.unir.br/uploads/13131313/arquivos/ECO_Umberto_1704029319.pdf> Acesso em: 10 mai. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>, Acesso em: 14 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHN, I. N.; LAMPERT, A. L. **Análise financeira**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2827/An%C3%A1lise%20Financeira.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/raianacansianlima/lakatos-marconi-fundamentos-de-metodologia-cientifica-46401881>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NÚMERO 8. **Princípios Fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3ª edição, Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. **NBC TG – geral – normas completas, NBC TG – estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42)**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SANTOS, A.; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. D.. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SICREDI, **Cooperativas de crédito no Brasil e o surgimento do Sicredi**. Porto Alegre: Sicredi, 2010. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/memoria/trajetoria/fasciculos/upload/pdf/4.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUSA, D. P. C.; MARTINS, R. **Análise das demonstrações contábeis. v. 1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6293456/analise-das-demonstracoes-contabeis---vol1>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SOUSA, D. P. C.; MARTINS, R. **Análise das demonstrações contábeis. v. 3**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/6293459/analise-das-demonstracoes-contabeis---vol3>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>>. Acesso em 2 mai. 2018.